

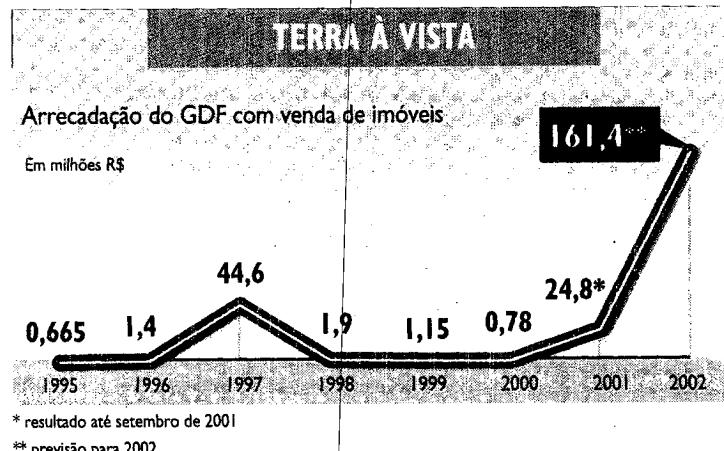
Venda de terras do GDF será de R\$ 161 milhões

André Garcia
Da equipe do Correio

O Governo do Distrito Federal tem planos de promover uma venda recorde de áreas públicas no próximo ano. A proposta orçamentária para 2002, encaminhada pelo Buriti à Câmara Legislativa, prevê uma receita de R\$ 161,4 milhões com a alienação de bens de propriedade do GDF, dos quais 99,9%, ou R\$ 161,3 milhões, são imóveis e terrenos públicos do Distrito Federal.

A estimativa é a maior da atual gestão do governador Joaquim Roriz. Nos últimos dois anos, a previsão foi bem mais tímida: R\$ 1,8 milhão em 2001 e R\$ 1 milhão em 2000. Se a meta for cumprida, o GDF alcançará o melhor resultado com venda de bens de sua propriedade dos últimos sete anos. Desde 1994, o recorde de arrecadação ocorreu em 1997, quando o governo embolsou R\$ 44,6 milhões. (veja quadro).

No Distrito Federal existe um estoque de terras que equivale a R\$ 40 bilhões. A previsão para o ano que vem é maior porque existem mais projetos do GDF que serão implementados com recursos arrecadados com a venda de



imóveis", justifica o diretor do Orçamento do DF, Luiz Bandeira.

Ainda não há uma lista dos imóveis que serão postos à venda pelo GDF. Mas Bandeira cita como exemplos possíveis a regularização de condomínios implantados em áreas de propriedade do Distrito Federal, a criação do Setor Noroeste e do Park Sul, além da venda de áreas rurais.

Curiosamente, as possibilidades elencadas enfrentam problemas para sair do papel. O projeto do Park Sul, setor habitacional previsto para ser instalado entre o Guará II e a Asa Sul, aguarda licença-prévia. "Ali não é lugar

próprio para loteamento", alega a promotora de Patrimônio Público, Ana Luíza Lobo. "Não temos nada contra a venda de propriedades do GDF. O problema é que parte dos exemplos citados tratam de novos parcelamentos, que ainda carecem de estudos", analisa.

O Setor Noroeste, por exemplo, está suspenso pela Justiça. Estudos estão em curso para saber se há condições de garantir abastecimento de água e esgotamento sanitário. "Para se proceder essa venda há de se observar que os padrões urbanísticos sejam condizentes com o tombamento. Além disso, por ser uma região va-

riosíssima, é preciso cuidado para que essas projeções arrecadem o montante de recursos que merecem", opina Fátima Cisneiros, gerente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

"Esses são apenas exemplos. O que exatamente será vendido será decidido pelo governo no decorrer do ano que vem", diz Luiz Bandeira. Este ano, apesar da previsão de apenas R\$ 1,8 milhão, o governo arrecadou até setembro R\$ 24,8 milhões.

Os recursos embolsados pelo GDF com a venda de imóveis serão utilizados para financiar, em parte, 21 obras em andamento. Entre elas, a construção da terceira ponte que ligará o Lago Sul ao Plano Piloto e a ampliação do sistema de água e esgoto. A deputada distrital Lúcia Carvalho, líder do PT na Câmara Legislativa, critica a previsão de recursos a partir da venda de terras. "Se a previsão não se confirmar, as obras que deveriam receber recursos da alienação de bens ficarão paradas. Ou o governo terá de tirar dinheiro de outras áreas para tocá-las", observa.

■ COLABOROU CAROLINA NOGUEIRA